

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.292 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2001



Os senadores fizeram fila ontem para realizar votação secreta em que aprovaram os nomes dos embaixadores para o Japão e Moçambique. A votação foi feita com o uso de esferas. O Plenário também aprovou, por voto aberto, outros projetos, como o que visa promover a recuperação de áreas desertificadas.

PÁGINAS 7 E 8



CPI do ROUBO DE CARGAS

O ex-piloto Gilberto Luiz Hidalgo, ao depor ontem na CPI

Comissão quebra sigilo de ex-piloto de Fórmula Truck

A CPI do Roubo de Cargas decidiu quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico do ex-piloto de Fórmula Truck Gilberto Luiz Hidalgo. Ele caiu em várias contradições ao participar de acareação com Claudionor Santos, empregado de sua família.

PÁGINA 8



Entre os senadores Roberto Saturnino e Romeu Tuma, Ramez Tebet preside a reunião do Conselho de Ética

Relatório de Saturnino deve sair no dia 16

Ramez Tebet considera “definitivamente encerradas” as investigações sobre o caso da violação do painel eletrônico do Senado

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidiu ontem que o senador Roberto Saturnino apresentará no próximo dia 16 o parecer sobre o caso da violação do painel eletrônico. Saturnino indicará se os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda quebraram o decoro parlamentar e infringiram artigos do Código de Ética por seu envolvimento no episódio. O presidente do

conselho, Ramez Tebet, considerou “definitivamente encerradas” as investigações em torno do caso e adiou para a reunião do dia 16 a votação do requerimento do senador Ney Suassuna pedindo que os senadores manifestem abertamente seus votos sobre o parecer de Roberto Saturnino. Tebet admitiu que, se houver pedido de vista, a votação do relatório poderá ser adiada por uma semana.

PÁGINA 3

Na audiência pública, presidida por Tião Viana (C), especialistas confirmaram que não há controle sobre a geração de crianças por modificação genética



CAS discute reprodução assistida

PÁGINA 5

Senado vota hoje isenção para cadernos escolares

Proposta de emenda constitucional de Sebastião Rocha será apreciada em segundo turno. Se aprovada, vai ao exame dos deputados

Em segundo turno, o Senado vota hoje a proposta de emenda à Constituição de iniciativa do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que isenta de qualquer tributo os cadernos escolares e o papel destinado à sua impressão. Se aprovado, o texto ainda será submetido ao exame da Câmara dos Deputados.

Em defesa da proposta, Sebastião Rocha diz que seu objetivo é propiciar a um país pobre como o Brasil o barateamento de um item fundamental no processo educacional. Observando que o país tem índices alarmantes de miséria e analfabetismo, ele afirma que o caminho mais viável para sair dessa indigência é o investi-



Publicações já têm imunidade

A proposta de emenda constitucional do senador Sebastião Rocha pretende estender aos cadernos escolares a imunidade tributária já assegurada a diversas publicações. Conforme o artigo 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição federal, "é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão".

mento em educação.

Na mesma sessão, e em primeiro turno, o Senado vota a proposta de emenda à Constituição do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, go-

vernadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição. Nabor esclarece que a iniciativa contribui para o aprimoramento do sistema eleitoral, dotando o instituto máximo da democracia de maior lisura e transparência.

CCJ discute projeto que reduz campanha eleitoral

O projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que reduz os prazos do processo eleitoral será examinado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião marcada para as 10h. O projeto antecipa a realização do se-



Bornhausen: processo eleitoral do país é dos mais longos do mundo

gundo turno das eleições do último para o terceiro domingo de outubro e adia o início da campanha eleitoral para o dia 16 de agosto, em vez de 5 de julho. O senador afirma na justificativa que o processo eleitoral brasileiro é um dos mais longos entre as democracias modernas, daí ele entender que a duração das etapas do pleito deve ser reduzida.

A CCJ analisará também o projeto que define a Unidade Fiscal Penal (UFP) como referência para o cálculo e a aplicação da fiança penal, deixando ao Executivo a in-

cumbência de estabelecer seu valor. Entre as 14 propostas incluídas na pauta da reunião, constam ainda a que concede ao juiz poderes para ajustar o valor da causa ao da pretensão sempre que, cabendo fazê-lo, a parte antagonista não impugnar esse valor, e a que visa coibir a exibição pública de imagem de criança ou adolescente em situação vexatória, constrangedora ou de violação de sua intimidade e identidade nos meios de comunicação de massa e na Internet.

Proposta de emenda à Constituição permitindo que estrangeiros domiciliados no Brasil alistem-se como eleitores nos pleitos municipais e possam candidatar-se a vereador também está incluída na pauta.

Jader nega protelação de requerimento para CPI

O presidente do Senado, senador Jader Barbalho, negou ontem que o cancelamento das duas sessões do Congresso que estavam marcadas para hoje tivesse como objetivo o adiamento da leitura do requerimento de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção. Ele esclareceu que a transferência, para a quarta-feira da próxima semana, visou evitar que a discussão sobre a CPI tomasse o espaço reservado a homenagear a memória do ex-governador Mário Covas.

Jader Barbalho afirmou que, na sua interpretação, o requerimento de criação da CPI pode ser apresentado ao presidente do Senado e lido numa sessão da Casa. Assegurou, porém, que, se for necessário, convocará o Congresso para esse fim.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 9 DE MAIO 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

11h — Deputado estadual Hélio Leite (PA), acompanhado de prefeitos do interior do Pará
12h — Senadora Emília Fernandes, acompanhada do deputado estadual Belaid Abdelaziz (RS) e membros do comitê preparatório do XV Festival Mundial da Juventude e Estudantes

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 44/00 (tramitando em conjunto com a PEC nº 45/00), altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição, que dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 10/00, altera a alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição (institui a imunidade tributária para cadernos escolares); substitutivo ao PLS nº 213/99-Complementar, altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90, casos em que ocorre inelegibilidade; PDLs aprovando atos para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 198/01, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre os PLSs 149 e 320/99 seja ouvida, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, a de Assuntos Sociais.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: substitutivo ao PLS nº 284/99 (arts. 92 e 282 — Rist), que dispõe sobre a instalação de telefones públicos para portadores de deficiência auditiva e da fala e usuários de cadeiras de rodas; Aviso nº 192/00, encaminha cópia da Decisão nº 801/00, bem como dos relatórios de auditoria realizada junto ao Ibama, objetivando avaliar o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo); emenda oferecida em Plenário ao substitutivo do PLS nº 75/00, altera a Lei nº 8.212/91 (Lei Orgânica da Seguridade Social), objetivando equiparar, para efeito de contribuição previdenciária, os condomínios de produtores rurais aos contribuintes individuais; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PLS nº 685/99 (tramitando em conjunto com o PLS nº 26/00), altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real, o sistema monetário nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real; PLC nº 11/98 (tramitando em conjunto com o PLS nº 59/99), regulamenta o parágrafo 1º do art. 213 da Constituição; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Educação

Pauta: audiência pública para instruir o PLS nº 236/96, que dispõe sobre a educação profissional em nível nacional. Convidados: professores Maria Beatriz Gomes da Silva, diretora do Programa de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação; Francisco Aparecido Cordão, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento de Elmer Guilherme Ferreira, da Federação Mineira de Futebol. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h30 — CPI das ONGs

Pauta: apresentação do plano de trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos; e Aviso nº 133/00, que encaminha ao Senado o relatório de atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 1999. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Suando Frio*, de Hugh Johnson. *Auditoria Petrônio Portella*

16h — Palestra promovida pelo Núcleo de Comunicação Social do Prodasen.

Tema: "Na Era da Mobilidade e Internet... Uma Visão de Futuro". *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; PLS nº 167/95, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores; PDLs aprovando atos para a exploração de serviços de radiodifusão; e Requerimentos nº 201/01, do senador Romeu Tuma, solicitando o desamparamento dos PLSs nºs 131/99 e 18/00 dos PLSs nºs 122, 198, 223 e 356, de 1999; 73 e 203, de 2000, que tramitam em conjunto; nº 205/01, da senadora Marina Silva, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 92, de 1996, e 303, de 1999, com os de nºs 511 e 555, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; nº 206/01, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs 303, de 1999, e 156, de 2000, com os de nºs 511 e 555, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento dos ex-presidentes do Santos Futebol Clube José Paulo Fernandes e Samir Jorge Abdul Hak. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Saturnino apresentará relatório no dia 16

A data foi definida ontem pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O relator deverá indicar no documento se os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda quebraram, ou não, o decoro

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidiu ontem que o relator das investigações sobre a violação do painel de votações, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), apresentará seu parecer no dia 16, quarta-feira da próxima semana. No documento, ele indicará se os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) quebraram, ou não, o decoro parlamentar por estarem envolvidos no episódio do painel e que artigos do Código de Ética teriam infringido.

O presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), resolveu adiar para o início da reunião do dia 16 a votação do requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para que os senadores manifestem abertamente o voto sobre o relatório de Roberto Saturnino. Tebet decidiu ainda considerar "definitivamente encerradas" as investigações em torno da violação do painel, apesar dos quatro requerimentos apresentados pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) solicitando novas ações do conselho em relação ao caso, inclusive uma nova perícia no painel.

— Não dá mais para protelar os trabalhos do conselho nesse caso. Esses requerimentos poderiam ter sido apresentados há muito tempo — observou Tebet, ao recusar o pedido para uma nova perícia.

Ramez Tebet só aceitou incluir nos autos, se o documento chegar a tempo, cópia do processo disciplinar a que o procurador da República Luiz Francisco de Souza está sendo submetido no Ministério Público.



O presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet, adiou para o dia 16 a votação do requerimento que propõe o voto aberto sobre o relatório de Saturnino

co. O procurador gravou uma conversa com o senador Antonio Carlos, ocorrida em fevereiro passado, quando pela primeira vez veio a público, pela revista *IstoÉ*, a informação de que fora extraída uma lista com os votos dados secretamente pelos senadores na sessão que cassou o senador Luiz Estevão. O processo questiona o fato de o procurador ter divulgado a fita.

Ao defender seus requerimentos, Waldeck Ornélas sustentou que, com os novos procedimentos, o conselho estaria "fazendo uma ampla investigação" sobre a violação do painel. Ele pretendia inclusive que o conselho analisasse possíveis disparidades entre a degravação da fita pelo especialista Ricardo Molina e o mesmo trabalho que está sendo realizado pela Polícia Federal. Quatro requerimentos de outros senadores, que solicitavam mais depoimentos, foram retirados por seus autores.

Em entrevista após a reunião, o senador Ramez Tebet admitiu que, se houver pedidos, poderá conce-

der vista do relatório de Roberto Saturnino, o que adiaria sua votação por mais uma semana. Caso isso ocorra, a data mais provável para votação do relatório será o dia 23 de maio. Depois de votado, o relatório será encaminhado pelo conselho à Mesa do Senado. Se a punição recomendada for advertência aos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, o processo será encerrado ali mesmo.

Caso o relator sugira a abertura de uma representação contra os senadores, a Mesa poderá encaminhar ou não denúncia ao Conselho de Ética. Se a Mesa enviar a denúncia, o conselho pode decidir por uma punição mais severa (dessa vez em votação secreta). A seguir, o processo irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cujos integrantes também darão seu voto. Se a CCJ confirmar a punição proposta pelo Conselho de Ética, a suspensão do mandato ou cassação será então decidida por todos os senadores do Plenário do Senado.

Requião se diz contrário à cassação dos senadores

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem, durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ser contrário à aplicação da pena máxima — a cassação — para os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF).

Lembrando seu tempo de seminarista, o senador disse que falhas como as atribuídas aos senadores Arruda e Antonio Carlos — violação do painel eletrônico — provavelmente receberiam do reitor do seu seminário o castigo de uma tar-



Roberto Requião: ACM e Arruda não devem ter a punição máxima

de inteira de joelhos em carochos de milho, repetindo centenas de vezes a frase: "Não violo mais o painel, não violo mais o painel". Em seguida, os faltosos seriam encaminhados para a aula de catecismo. No dia seguinte, retomariam normalmente suas atividades e seus afazeres.

Para qualquer caso de corrupção, entretanto, Requião disse que o castigo a ser definido pelo irmão Leão, então reitor do seminário, seria, certamente, a pena máxima: a expulsão dos alunos faltosos do colégio. Ao discutir a

possibilidade de cassação dos senadores Arruda e ACM, acusados de terem participado da violação do painel eletrônico do Senado, "estamos divertindo a opinião pública", opinou o parlamentar.

A posição do senador paranaense foi revelada durante comentários que fez sobre a ausência de políticas governamentais em defesa dos interesses nacionais. Para Requião, a privatização do setor de energia elétrica promovida pelo atual governo serviu somente para enriquecer grupos econômicos, além de ter garantido a remessa de divisas para o exterior, o que tem criado mais dificuldades ao balanço de pagamentos do país.

Aprovado requerimento que autoriza processo contra Jader

Em votação simbólica, o Senado aprovou e enviou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o requerimento apresentado pelo presidente da Casa, Jader Barbalho, para que o Supremo Tribunal Federal (STF) seja antecipadamente autorizado a processá-lo caso o procurador-geral da República formalize contra ele alguma denúncia. O requerimento exige uma consulta à comissão para que decida se é possível conceder a autorização prévia ao STF.

Jader anunciou a providência na semana passada quando, em discurso no Plenário, manifestou-se contra notícias divulgadas pela imprensa a respeito de irregularidades em

que estaria supostamente envolvido. O presidente do Senado considerou "um absurdo" que jornais o incriminem sem que haja um só processo instaurado contra ele.

Por isso, Jader apresentou o requerimento que antecipa a autorização para que o STF o processe, na hipótese de ser objeto de alguma denúncia formalizada pelo Ministério Público.



Jader apresentou o requerimento após a publicação de denúncias

Pedido de demissão de Bezerra "foi decisão pessoal"

O presidente do Senado, Jader Barbalho, afirmou ontem que o pedido de demissão do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, foi "uma decisão pessoal", sem qualquer ingerência partidária. Quanto à substituição de Bezerra, frisou tratar-se de "escolha do presidente da República", ainda que o cargo pertença à cota de indicações do PMDB.

Jader desmentiu que tenha havido pedido ou pressão para que Bezerra deixasse o ministério ou saísse do partido, pois era considerado e prestigiado no PMDB. "Acho que

isso é um equívoco", disse, ao saber das declarações do ex-ministro. Negou também que o partido já teria nome preparado para ocupar o ministério vago.

— Estou tomando conhecimento da saída do ministro agora e o assunto não foi sequer cogitado — garantiu.

O senador observou que, por não estar participando do esforço dos líderes do governo para impedir a instalação da CPI da Corrupção, não pode opinar a respeito da afirmação de alguns parlamentares de que a comissão seria irreversível.



Com as assinaturas de Álvaro e Osmar Dias, o pedido de CPI já tem o apoio de 29 senadores

Álvaro e Osmar Dias assinam pedido para CPI da Corrupção

Os senadores Osmar Dias e Álvaro Dias, ambos do PSDB do Paraná, assinaram ontem o requerimento para a criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar denúncias de corrupção. Com as duas adesões, o pedido para a criação da chamada CPI da Corrupção, de iniciativa dos partidos de oposição, passa a contar com o apoio de 29 senadores, dois a mais do que o mínimo exigido.

CAE cria subcomissão para apoiar turismo

Autor do requerimento, o senador Moreira Mendes lembra que, apesar do vasto potencial no setor, o Brasil ocupa apenas o 39º lugar entre os países que mais recebem visitantes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aprovou requerimento do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que cria, no âmbito da própria CAE, uma subcomissão provisória para estudar e propor medidas que estimulem a chamada "indústria do turismo" no país e também para acompanhar as políticas oficiais do setor, criando condições para uma atuação conjugada entre todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal).

A Subcomissão Temporária de Turismo, pelo que foi aprovado ontem pela CAE, será composta por dez senadores, que serão designados nos próximos dias pelas lideranças dos partidos, obedecendo ao



Moreira Mendes: turismo apresenta faturamento de 10% do PIB mundial

critério da proporcionalidade das bancadas partidárias.

Na justificativa do seu requerimento, o senador Moreira Mendes destaca que o setor de viagens e turismo apresenta faturamento da ordem de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, respondendo por uma geração de 204 milhões de empregos e por 13% do total de gastos dos consumidores de todo o mundo, perdendo somente para os gastos com alimentação. O setor arrecada atualmente US\$ 350 bilhões em impostos no mundo inteiro.

Apesar do vasto potencial turístico – destacou Moreira Mendes –, o Brasil posiciona-se hoje como o 39º país em termos de número de visitantes que recebe, segundo dados divulgados pela

Organização Mundial do Turismo (OMT). A receita gerada pelo turismo internacional no Brasil, em 1998, foi de US\$ 3,8 bilhões, contra movimentação de US\$ 13,2 bilhões do turismo interno, segundo dados da Embratur.

Desenvolver o turismo no país, para Moreira Mendes, significa melhorar a qualidade de vida de milhões de brasileiros, criar empregos, reduzir as desigualdades regionais e melhorar o perfil do ingresso de recursos no balanço de pagamentos do país.

Para desenvolver o seu potencial turístico, contudo – observa o senador –, é preciso cooperação efetiva entre as diversas esferas de governo e a iniciativa privada. "Além disso – afirma – é necessário que o Congresso Nacional se engaje mais diretamente no processo de promoção do desenvolvimento do setor, por meio do acompanhamento e avaliação das políticas voltadas para o turismo no Brasil."



Em reunião presidida pelo senador Lúcio Alcântara, os membros da CAE apreciaram ontem 11 matérias

Senadores querem facilitar acesso de prefeito a recursos

Os senadores Paulo Hartung (PPS-ES), Osmar Dias (PSDB-PR), Paulo Souto (PFL-BA), Arlindo Porto (PTB-MG) e Jefferson Péres (PDT-AM) defenderam ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a adoção de medidas que facilitem o acesso de todos os prefeitos do país aos recursos do governo federal definidos em programas que têm como objetivo apoiar a ação dos municípios em busca de desenvolvimento e melhorias locais.

O entendimento dos senadores quanto às medidas para facilitar o acesso dos prefeitos aos recursos federais surgiu após votação de parecer de Jefferson Péres, pela notificação ao BNDES de consulta feita ao Senado com relação à aplicação diferenciada de recursos para programas de interesse dos municípios. A consulta, conforme o parecer, não teria de partir do então presidente do banco oficial para o Senado, mas sim do presidente da República, após definição detalhada dos programas.

A CAE também discutiu proposta de Álvaro Dias (PSDB-PR) defendendo mudanças profundas na sistemática de cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), de modo a pôr um fim à chamada "guerra fiscal", pela qual os estados entram em competição predatória, abrindo mão de receitas de impostos para atrair a instalação de empresas nos seus territórios.

A comissão, entretanto, decidiu votar a favor do parecer de Roberto Saturnino (PSB-RJ), contrário à aprovação do projeto por considerá-lo de alto risco para o bom funcionamento da estrutura tributária dos estados.

A CAE rejeitou projeto do senador Luiz Estevão que transferia as cotas da Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília) em poder da União (49%) para o governo do Distrito Federal.

Na reunião de ontem, a comissão deliberou sobre um total de 11 propostas, fato destacado pelo seu presidente, Lúcio Alcântara.

Pedido de vista adia votação de projeto que dá maior segurança a bujão de gás

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou para a próxima semana a votação do projeto que obriga as empresas distribuidoras de gás de cozinha a lacrar os botijões e colocarem a respectiva data de engarrafamento e o peso do produto. O adiamento da votação foi em virtude de pedido de vista feito pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

O relator do projeto, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), acha que a medida dará maior segurança ao consumidor. É que, segundo ele, a maioria dos

bujões vendidos em todo o país se encontra deteriorada, incluindo deformações na estrutura, corrosão e pintura. "O brasileiro necessita ter a garantia de estar adquirindo o gás de cozinha em condições satisfatórias de consumo", alertou o senador.

De acordo com o projeto, as empresas distribuidoras também serão obrigadas a requalificar os botijões a cada cinco anos. Eduardo Siqueira Campos lembrou ainda que grande parte dos botijões de gás em circulação no país não é revisada há anos, existindo ca-

sos em que se passou cerca de uma década sem qualquer tipo de manutenção.

CPMF

Também ficou para a próxima reunião, em virtude de pedido de vista de Eduardo Suplicy (PT-SP), a votação do projeto do Executivo que isenta da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) os titulares de missões diplomáticas e os que trabalham em repartição consular de carreira e representações de organismos internacionais.

CE aprova e renova concessões de serviços de radiodifusão

A Comissão de Educação aprovou ontem cinco projetos de decreto legislativo autorizando a concessão e a renovação de serviços de radiodifusão sonora. São as seguintes as rádios beneficiadas: Fundação Educativa e Cultural Alto Paraíba, de Oliveira (SP); Fundação José Paiva Netto, em Santo Antônio do Descoberto (GO); DMD Associados Assessoria e Propaganda, em Azevedo (MT); Rádio Difusora de São José do Rio Pardo, em São José do Rio Pardo (SP); e Rádio Regional Comunicação, de Ribeirão Preto (SP). O senador Gerson Camata (PMDB-ES) aplaudiu a iniciativa de Fernando Henrique, que editou medida provisória permitindo que as rádios comunitárias passem a funcionar logo após a assinatura do decreto pelo presidente.

Plenário acolhe funcionamento de seis emissoras

O Senado aprovou ontem seis projetos de decretos legislativos renovando autorização para o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Difusora da Campanha, de Campanha (MG); Rádio Pomerode, de Pomerode (SC); Rede União de Rádio e Televisão, de Rio Branco (AC); Rádio FM 2000, de Manacapuru (AM); Rádio Difusora Garibaldi, de Garibaldi (RS); e Fundação Educacional União da Serra, de Marau (RS).

Senado lança livro sobre modernização do Estado

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú, no município de Sobral (CE), presidiram a solenidade de lançamento do livro *Reforma e Modernização do Estado: Aspectos da Experiência Brasileira Recente*, organizado pelo professor da Universidade de Brasília (UnB) João Paulo M. Peixoto, responsável por um dos cinco estudos do livro.

O lançamento realizou-se ontem, no hall da Biblioteca do Senado, com a presença de vários dos autores. Em seu texto, o organizador faz um balanço conceitual das noções de ideologia e reforma do Estado para explorar as mudanças do conjunto de idéias que tem orientado as políticas nacionais recentes.

Covas pode dar nome ao Aeroporto de Viracopos

O Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), poderá passar a denominar-se Aeroporto Internacional de Viracopos – Governador Mário Covas, conforme projeto terminativo aprovado ontem pela Comissão de Educação. A matéria foi relatada pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), que destacou "a figura do inesquecível político, um dos mais ilustres nomes da história do estado de São Paulo e do país". Se não houver recurso para que seja submetida ao plenário, a proposta irá à Câmara.

CAS discute controle da reprodução assistida

Em audiência pública, Comissão de Assuntos Sociais ouve especialistas para aprofundar a análise do projeto que normatiza os procedimentos médicos e jurídicos relativos à procriação por métodos não naturais

Dois dias depois da revelação – publicada na revista *Veja* – de que o Brasil está gerando crianças por modificação genética, os integrantes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ouviram de um representante de clínicas de reprodução a confirmação de que não há controle sobre essa atividade no país: “Tudo o que não é proibido pela lei é permitido. Assim, hoje nós podemos fazer tudo, a não ser por algumas restrições no campo da biotecnologia”, disse o presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida, Edson Borges Júnior. Ele afirmou considerar importante a regulamentação dos procedimentos que visam à geração de filhos por casais ou indivíduos inférteis.

Borges foi um dos seis especialistas que participaram ontem de mais uma audiência pública realizada pela CAS para debater projeto que



Um dos convidados confirmou na CAS a inexistência de controle sobre os procedimentos que visam à geração de filhos por casais ou indivíduos inférteis

normatiza os procedimentos médicos e jurídicos relativos à procriação por métodos não naturais. De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto foi modificado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por meio de substitutivo elaborado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). Este

providenciou cópia do novo texto para os debatedores, mas o senador Tião Viana (PT-AC), relator na CAS, pretende usar o substitutivo como elemento para subsidiar a elaboração de seu relatório, mantendo em exame o projeto original de Lúcio Alcântara.

O substitutivo de Requião restrin-

ge a três o número de embriões a serem produzidos em cada ciclo reprodutivo da mulher, quando a proposta original fixa o limite máximo de quatro embriões. Outra modificação é a vedação ao conhecimento, pelos indivíduos gerados a partir de reprodução assistida, da identidade dos pais biológicos.

Esse último ponto gerou discordância. Eliane Azevedo, professora de Bioética da Universidade Estadual de Feira de Santana (BA), é a favor de que o filho conheça a identidade dos verdadeiros pais, com o que não concorda o presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade. Houve concordância entre os presentes de que a mulher solteira deve ter direito à reprodução assistida, e não apenas os que mantêm uniões estáveis. Assim manifestou-se, por exemplo, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS).

Conforme a senadora Marina Silva (PT-AC), a discussão sobre os aspectos éticos poderá evitar consequências danosas, principalmente para as crianças geradas por métodos artificiais. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu a discussão do projeto de Alcântara, embora considerando “interessante e polêmico” o substitutivo de Requião.

Um dos pontos polêmicos é a proibição de congelamento dos embriões não introduzidos no útero para continuidade da gestação. O congelamento foi defendido por Joaquim Roberto Costa Lopes, presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana. Também participaram do debate Glaci Therezinha Zancan, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e Edmund Chada Bacarat, presidente da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetria.

Manipulação de DNA humano preocupa Tião Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) manifestou sua preocupação com clínicas de reprodução no Brasil que estão manipulando o DNA humano sob o pretexto de ajudar casais inférteis a gerar filhos. Segundo ele, a falta de legislação disciplinando o assunto está permitindo que, nessas 130 clínicas particulares, “estejam brincando de Deus e gerando transgênicos humanos” sem qualquer controle ético, jurídico ou moral.

Segundo Tião Viana, é urgente que o governo e o Congresso limitem a liberdade dessas clínicas, que estão transformando a vida em negócio, em comércio. Ele considerou “estranho” que os investimentos nesse setor sejam exclusivamente privados, dado que, tradicional-



Viana: falta de legislação permite que “estejam brincando de Deus e gerando transgênicos humanos”

mente, as pesquisas no Brasil são feitas com dinheiro público.

O parlamentar considerou “assustador” que o Brasil seja o país mais avançado do mundo em reprodução medicamente assistida, execu-

tando pesquisa em embriões, transplantes parciais de DNA e de citoplasma, abrindo caminho para que uma criança possa ser filha de cinco pais diferentes. “Não se pode pensar apenas em avanço científico, é preciso se preocupar com as consequências éticas, jurídicas e morais dessas experiências”, alertou.

Ao comparar a legislação dos países mais desenvolvidos em medicina, como os Estados Unidos, Reino Unido e França, com a brasileira, limitada por uma simples norma técnica elaborada pelo Conselho Federal de Medicina, Tião Viana considerou “inadiável” um amplo debate público que leve à aprovação de uma legislação criando regras rígidas para limitar a manipulação da estrutura genética humana no país.

Restrição de porte de armas deve ser votada terça na CRE

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), acolheu ontem o pedido de vista coletivo apresentado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP) ao projeto de lei que restringe o porte de armas, e marcou para a próxima terça-feira a última rodada de discussão e a votação definitiva do parecer do relator, senador Pedro Piva (PSDB-SP).

Foi adiada a votação de dois requerimentos do senador Tião Viana (PT-AC): um que formula voto de censura ao Emirado

Islâmico do Afeganistão pelo desrespeito às mulheres e outro que propõe realização de audiência pública com diversas autoridades para debater a questão das drogas no Brasil em todos os seus aspectos. Também foi adiado o exame de projeto de decreto legislativo que aprova acordo comercial firmado entre o Brasil e a Indonésia.

A CRE aprovou acordos de cooperação cultural, assistência jurídica, amizade e cooperação, sobre matéria tributária e abolição recíproca de vistos com a Bolívia, o Peru, Portugal e Hungria.

CFC analisa 11 relatórios de auditorias realizadas pelo TCU

Os senadores da Comissão de Fiscalização e Controle têm reunião hoje, às 18h, para apreciar uma pauta de 11 itens, todos sobre auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Seis decisões do TCU têm recomendação dos relatores para arquivamento. São elas: auditorias no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; na Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Co-

devasf); no governo do estado de Rondônia; na prefeitura de Sorocaba (SP); sobre o andamento de obras públicas em cumprimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias e sobre as atividades do próprio TCU no quarto trimestre de 1999.

Os relatores das outras cinco matérias solicitaram mais informações do tribunal ou o encaminhamento àquela corte de um registro sobre “excessivo período de tempo entre as inspeções e o julgamento dos processos”. Preside a CFC o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Reprodução assistida

- Em 1984 nasceu o primeiro bebê de proveta brasileiro
- No país existem oito milhões de pessoas com dificuldades de reprodução natural
- Já nasceram sete mil crianças pelo método artificial
- Há vinte mil embriões congelados
- Existem 130 clínicas que manuseiam óvulos e espermatozoides

Fonte: senador Tião Viana

Principais pontos do substitutivo em discussão na CAS

- Público-alvo são mulheres casadas inférteis
- O consentimento para inseminação será do casal
- Permite o descarte de gametas
- Proíbe a pré-seleção sexual de gametas ou embriões, exceto para casos de doenças congênitas ligadas ao sexo
- Regula o funcionamento das clínicas de reprodução assistida, o trabalho dos profissionais que atuam no setor e o procedimento para doações de gametas
- Estabelece a relação de filiação e tipifica os crimes associados ao assunto, com fixação de penas



Quintanilha quer espaço para idoso na Internet

Presidente da subcomissão dedicada à terceira idade defende também a implantação de um serviço de discagem gratuita para receber sugestões e denúncias da população. Ele observa que “o Brasil não é mais um país jovem”

O presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), disse que a criação de um site na Internet sobre o idoso “abre espaço para o cidadão brasileiro, em qualquer canto do país, poder participar das discussões e apresentar sugestões, críticas e até denúncias”. A criação da página é uma das propostas da subcomissão, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— A página na Internet contribuirá substantivamente para um trabalho mais efetivo da subcomissão — afirmou o parlamentar, acrescentando que o serviço será disponibilizado pelo próprio Senado.

Além de informações acerca da legislação sobre a terceira idade, a página terá também um endereço eletrônico para recebimento de mensagens de todo o país. Para que



Quintanilha preside a Subcomissão do Idoso da CAS

seja criada, é necessária a aprovação da idéia pela subcomissão e também pela CAS. Com o adiamento da reunião de ontem, a proposta da página deverá ser votada na nova reunião da subcomissão marcada para a próxima terça-feira.

Também será apreciada a criação de um serviço de discagem gratuita (0800) para receber sugestões e denúncias da população. Segundo Quintanilha, será a “outra ponta complementar a esse trabalho interativo”.

O senador lembrou que os idosos atualmente representam “um segmento da sociedade extremamente significativo”. Ressaltou que o Brasil não é mais um país jovem, contando hoje com 14 milhões de pessoas com mais de 60 anos, e que as projeções demográficas indicam que, daqui a 20 anos, os idosos serão mais de 38 milhões de pessoas.

CAS examina duas propostas que beneficiam portadores de deficiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprecia hoje, a partir das 9h, dois projetos do Senado que prevêem benefícios para portadores de deficiência e idosos. De autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), um deles dispõe sobre a instalação de telefones públicos para portadores de deficiência auditiva e da fala e usuários de cadeiras de rodas. O outro, apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), propõe que seja considerada incapaz de manter deficiente ou idoso a família com renda mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo.

Para a área rural, a comissão deve votar emenda a substitutivo oferecido a projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que pretende garantir ao condomínio de produtores rurais a possibilidade de contribuir para a Previdência Social. Também deve analisar parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) a projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que propõe a equiparação do produtor rural, pessoa física, à empresa rural, permitindo que maior número de trabalhadores rurais tenha acesso à participação nos lucros ou resultados do empreendimento.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Tião Viana e a professora Eliane Azevedo falam sobre a reprodução assistida
7h30 — *Entrevista* — O sen. Moreira Mendes fala sobre as mudanças no Código Florestal
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Todo o poder às mulheres
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (ao vivo)

Logo após — Comissão de Educação (gravado)

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)

Logo após — Comissão de Assuntos Sociais — Depoimento de Elmer Guilherme Ferreira, presidente da Federação Mineira de Futebol (gravado)

20h30 — *Entrevista* — O sen. Moreira Mendes fala sobre as mudanças no Código Florestal

21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado

21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

CE promoverá debates sobre PAS e ensino de informática

A Comissão de Educação aprovou ontem requerimento do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) para a realização de duas audiências públicas, uma sobre o Programa de Avaliação Seriada (PAS) e outra para discutir com especialistas a inclusão da matéria Informática nos currículos do ensino de 1º e 2º graus. Os dois temas são objeto de projetos de lei em exame na comissão.

O relator do projeto relativo ao PAS, senador José Fogaça (PMDB-RS), que já havia preparado parecer favorável, concordou que a audiência é necessária e se disse convencido de que o programa “não vai evitar a continuação de velhas injustiças”. O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) comunicou que pretendia votar favoravelmente ao projeto, mas, diante

dos argumentos de Fogaça, poderá reconsiderar seu voto.

Para Geraldo Cândido, a implantação do PAS merece uma discussão mais aprofundada, pois o projeto do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF), se aprovado, terá influência na formação dos jovens que pretendem continuar seus estudos nas universidades. Cândido sugeriu para participar da audiência pública um representante da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação; um representante da Secretaria de Ensino Superior; a professora Isaura Belloni, aposentada da UnB e pesquisadora especializada em avaliação institucional; a professora Clariza Prado de Souza, da Fundação Carlos Chagas (SP); e um representante da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação,



Geraldo Cândido pediu que a Comissão de Educação realize duas audiências públicas

professor Carlos Abikalil.

Quanto à audiência pública sobre o projeto que inclui a informática nos currículos do ensino de 1º e 2º graus, Geraldo Cândido justificou que ela pode esclarecer os senadores sobre a real prioridade de incluir a matéria nos currículos, dado que o país ainda possui “um assustador percentual de jovens de 15 a 19 anos sem escola”.

Iris pede aumento da oferta de vagas nas universidades públicas

A proliferação das universidades privadas no país levou o senador Iris Rezende (PMDB-GO) a cobrar do governo um maior número de vagas nas universidades públicas. Segundo dados do Ministério da Educação citados ontem pelo senador, o Brasil conta com uma população universitária de aproximadamente 2,3 milhões de estudantes, dos quais apenas 832 mil em instituições públicas, enquanto as particulares acolhem 1,5 milhão de universitários.

— O ensino pago é uma realidade crua que tomou conta do país e que cresce de maneira vertiginosa, trazendo lucros fabulosos para os empresários da educação, que expandem os negócios às custas do suor de muitos jovens trabalhadores — destacou o senador.

Para solucionar esse problema, de acordo com Iris, é necessário que a União adote mecanismos para aumentar a oferta de vagas nas instituições públicas. Outra providência importante, acrescentou, é a aprovação, pelo Congresso, de um sistema de cotas nas universidades federais a fim de atender a estudantes carentes.

Iris Rezende apontou a necessidade de avaliação das deficiências do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que, segundo disse, vem funcionando como um empréstimo, “com toda a carga de conseqüências dramáticas para o devedor”.



Iris Rezende cobra ações do governo federal

Audiência pública discute projeto de Dutra para a educação profissional

A Comissão de Educação realiza hoje, às 10h, audiência pública para debater projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que propõe diretrizes e bases para a política nacional de educação profissional. A iniciativa da audiência foi da senadora Emilia Fernandes (PT-RS).

Na justificativa da proposta, Dutra defende que o objetivo da educação profissional seja o de formar profissionais comprometidos com o uso social da ciência e da técnica. A partir dessa premissa, ele entende que o currículo deve conter uma educação básica dirigida para a formação individual e a elevação cultural, e ser pautado por conteúdos de natureza interdisciplinar. A CE convidou para os debates a diretora do Programa de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, Maria Beatriz Gomes da Silva; o presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Francisco Aparecido Cordão; a secretária-geral do Sindicato Nacional de Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação, Tania Guerra; o consultor do Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Joaquim Cardoso Lemos; e o coordenador da Unidade de Conhecimento e Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Alberto Borges de Araújo.



Dutra propõe diretrizes para a educação profissional

Osmar defende vacinação contra febre aftosa

A medida, segundo o senador, deve atingir o rebanho bovino de Santa Catarina para evitar que a doença, já constatada em animais do município gaúcho de Santana do Livramento, se alastre para outras regiões do país

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) alertou o governo federal sobre a necessidade de serem tomadas medidas urgentes para evitar que a febre aftosa – que já atingiu o município de Santana do Livramento (RS) – se alastre por outras regiões do país. Ele defendeu a vacinação do rebanho de Santa Catarina e a eliminação e incineração das cabeças de gado contaminadas no Rio Grande do Sul.

Na opinião do senador, a utilização do “rifle sanitário” para sacrificar os animais contaminados é fundamental para que a doença não se alastre. “Se queremos erradicar a febre aftosa, temos que abater os animais”, afirmou Osmar Dias, acrescentando que o Estado deve assumir o prejuízo e indenizar os proprietários. Ele argumentou que a medida é um investimento para garantir a sanidade animal e a imagem do rebanho brasileiro no exterior.

A não vacinação do rebanho gaúcho logo depois que foi constatada febre aftosa na Argentina foi um erro, no entendimento de Osmar Dias. Ele comentou que o ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, deve ter sido mal orientado quando decidiu não va-

cinar o gado do Rio Grande do Sul, para que o estado não perdesse o *status* de “zona livre da febre aftosa sem vacinação”. O erro não deve ser repetido, alertou o senador. Segundo disse, o governo não pode esperar o surgimento da doença em Santa Catarina para vacinar o rebanho.

– Não é retrocesso vacinar o rebanho, não estaremos voltando atrás, mas agindo com inteligência em uma situação emergencial – argumentou.

Osmar Dias – que é engenheiro agrônomo e foi secretário da Agricultura do Paraná – informou que o vírus da doença se espalha com rapidez, podendo ser transportado pelo vento, veículos, animais e homens, tendo capacidade de sobrevivência para se deslocar de uma região para outra.

Em aparte, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) afirmou que o Ministério da Agricultura deveria ter tomado medidas preventivas para evitar o aparecimento da doença no Brasil. O senador Casildo Mal-



Para Osmar Dias, o “rifle sanitário” também deve ser adotado

daner (PMDB-SC) disse que o Brasil deve procurar os países vizinhos e tentar estabelecer uma política sanitária única para a região.

Já o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) – que é médico veterinário – concordou com Osmar Dias que o mínimo a ser feito para combater a febre aftosa no

Rio Grande do Sul é vacinar o rebanho e abater o gado que comprovadamente esteja com a doença. Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), a volta da doença “é um problema sanitário, e, portanto, de interesse da segurança nacional”.

Fogaça lembrou que membros da Comissão Parlamentar do Mercosul haviam recomendado ao órgão executivo do mercado comum que orientasse os governos da Argentina, Brasil e Uruguai sobre a necessidade de se criar um sistema de troca de informações a fim de prevenir a volta da febre aftosa. O senador Arlindo Porto (PTB-MG) – ministro da Agricultura no período de 1996 a 1998 – também aconselhou a vacinação do rebanho de Santa Catarina.

Emilia responsabiliza Pratini por focos da doença

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) responsabilizou ontem o ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, pelo surgimento de focos da febre aftosa no Rio Grande do Sul. Segundo a senadora, há mais de



Emilia: governo ignorou apelos do governador gaúcho

60 dias o governador do estado, Olívio Dutra, vem tentando demonstrar ao governo federal a necessidade de um trabalho preventivo de vacinação na região, desde que apareceram os primeiros sintomas da doença em rebanhos da Argentina e Uruguai.

Emilia afirmou que o Rio Grande do Sul está unido em torno da posição do governador de exigir vacinação em todo o estado e repudiar o “rifle sanitário”, isto é, o

sacrifício do gado. A senadora frisou que os produtores estão afinados com essa postura e estão mobilizando-se para protestar contra o descaso do governo.

A senadora condenou o que chamou de política ideológica do governo em relação ao Rio Grande do Sul. Ressaltou ainda que a questão envolve a possibilidade de prejuízos econômicos para os produtores de gado e um custo social para o estado.

De acordo com a senadora, o governo agora corre atrás do prejuízo e vai iniciar a vacinação de 4 milhões de cabeças de gado, “em apenas 25 municípios de fronteira”, abrangendo 750 quilômetros e mobilizando 600 homens.

CAE acolhe proposta que define critérios para a política agrícola

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei da Câmara criando mecanismos que visam impedir que o governo federal recorra a casuísmos na definição e execução da política agrícola para o país.



Em seu parecer, Jonas manifestou-se favoravelmente ao projeto

Ao acatar o projeto, o relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), disse que a proposta obriga o governo a orientar os instrumentos de política agrícola conforme o disposto nos planos plurianuais (PPAs). Os planos de safra, por exemplo, serão elaborados de acordo com instrumentos gerais de planejamento, passando a considerar o tipo de produto, fatores e ecossistemas homogêneos, programação das ações dos órgãos e entidades da administração federal direta e indireta e as

particularidades de cada região.

O projeto, que altera os artigos 4º e 8º da Lei Agrícola, evita, segundo o autor da proposta, deputado Odelmo Leão (PPB-MG), que a política agrícola do país fique sujeita “aos humores das autoridades econômicas de plantão e sem um marco maior do que as safras de inverno ou de verão, do Centro-Sul ou do Norte-Nordeste, obrigando o governo a planejar o que vai fazer na agricultura, previamente, a cada exercício”.

Ao comentar o parecer do relator Jonas Pinheiro, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse lamentar profundamente que o Brasil não disponha de uma política agrícola, o que obriga o Congresso a “fazer remendos” na legislação pertinente ao setor. Para o senador, o governo federal tem sido,

desde a era Collor, o “algoz da agricultura, relegando o setor ao mais completo abandono”.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) destacou que não falta somente uma política agrícola: “Falta é governo, pois não temos sequer um projeto de nação”. Segundo o senador, não há estímulos à produção, o que coloca os produtores nacionais em situação de grande disparidade em relação aos de outros países. O governo norte-americano, exemplificou, gasta por ano US\$ 3 bilhões em subsídios à produção de soja e banca 40% do seguro agrícola. Ao todo, ressaltou, os Estados Unidos gastam US\$ 39 bilhões em subsídios para o setor agrícola.

Nessa mesma linha, o senador José Alencar (PMDB-MG) disse que no ano passado o governo norte-americano gastou US\$ 2,8 bilhões com subsídios à produção de algodão. Ele lamentou a falta de um apoio mais firme do governo federal ao setor agrícola brasileiro.

Senado aprova projeto que combate a desertificação

O governo terá de identificar as áreas desertificadas existentes em todo o território nacional e permitir que sejam exploradas apenas mediante adequado plano de manejo, com o emprego de tecnologia capaz de interromper a desertificação e promover a recuperação da área. A decisão foi tomada ontem pelo Senado, ao aprovar projeto da Câmara que vai agora à sanção presidencial.

O projeto determina que o poder público estabeleça cadastros das

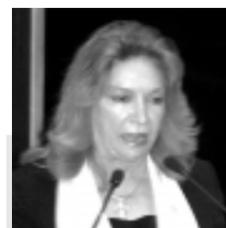
áreas sujeitas à desertificação, em âmbito estadual ou municipal. Determina também que o poder público promova a pesquisa, a geração e a difusão de tecnologias capazes de impedir a degradação da área.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) louvou a providência, dizendo que as terras degradadas, se não recuperadas, podem ficar desertas, tornando-se inúteis tanto em termos econômicos quanto ambientais.

CPI que investiga as ONGs discute hoje plano de trabalho

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no país reúne-se hoje, às 10h30, para discutir o plano de trabalho elaborado pela relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

A CPI foi criada com base em



Marluce Pinto elaborou plano de trabalho para a CPI

dois fatos específicos: a atuação da Associação Amazônia, ONG que teria adquirido área superior a 172 mil hectares de terras públicas no sul de Roraima, o que seria irregular, e a interferência dessas organizações nas questões indígena, ambiental e de segurança nacional, em especial na região amazônica.

Suplicy propõe debate sobre Alca e Mercosul

Em defesa da idéia, senador cita as constantes declarações do ministro argentino Domingo Cavallo contra o Mercado Comum do Sul. Parlamentares querem antecipar simpósio que a CAE e a CRE pretendiam realizar no mês de agosto

Embaixadores em Moçambique e no Japão aprovados

O Senado aprovou ontem mensagens presidenciais indicando Ivan de Oliveira Canabrava para ser embaixador do Brasil no Japão e Pedro Luiz Carneiro de Mendonça para representar o país em Moçambique. A votação, secreta, foi feita com o uso de esferas – as brancas indicando voto favorável, as pretas indicando voto contrário e as vermelhas, abstenção. Canabrava foi aprovado por 52 votos contra 4, e Mendonça, com 52 votos a favor e 2 abstenções.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a organização de um amplo debate no Senado Federal sobre os destinos do Mercosul e as vantagens e desvantagens de uma adesão brasileira à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), por considerar esses dois assuntos “de extrema gravidade no atual momento vivido pelo país”.

Eduardo Suplicy lembrou que



Suplicy destaca a “extrema gravidade” dos dois temas

o ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, vem fazendo uma série de declarações contrárias aos interesses do Mercosul, inclusive tachando de “palhaçada” a tarifa externa comum definida no bloco integrado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da comissão, informou que já está há algum tempo tratando desse assunto com o presidente da Co-

Jader Barbalho recebe diretora do Habitat

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem a visita de Anna Kajumulo Tibaijuka, diretora-executiva do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat). Natural da Tanzânia, Anna já ocupou outros cargos de destaque na Organização das Nações Unidas (ONU). Na visita, a diretora estava acompanhada dos senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Mauro Miranda (PMDB-GO) e pelos deputados Euler Morais e Gustavo Fruet.

Mozarildo pede vigilância em fronteiras da Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) alertou o Plenário para a falta de vigilância nas áreas de fronteira da Amazônia, por onde traficantes e guerrilheiros da Colômbia e do Peru estão penetrando em território nacional. Para o senador, a região é “vítima do descaso do governo federal”.

Mozarildo leu trecho de reportagem sobre invasões na Amazônia feita pela Agência Estado e publicada pelo jornal *A Crítica*, de Manaus. A matéria relata as provi-



Para Mozarildo, a região é “vítima do descaso do governo”

dências da Polícia Federal para investigar a denúncia de que traficantes peruanos abriram estrada de 80km na região de Marechal Thaumaturgo (AC).

A prisão, na Colômbia, do traficante brasileiro Fernandinho Beira-Mar “é uma prova de que há tempos as fronteiras da Amazônia tornaram-se espaço livre de intercâmbio entre criminosos dos três países”, entende o senador. Ele defendeu a transformação da região fronteiriça em ter-

ritórios federais, de forma a receber mais atenção do governo. E pediu maior presença do Exército e da Aeronáutica na área.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) disse que a Amazônia está sofrendo com o fim do extrativismo e as restrições ambientais excessivas, que inibem a ocupação humana e econômica, carecendo ainda de políticas públicas adequadas. Para Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), há ação estratégica para desestimar a atividade econômica na Amazônia, o que acaba abrindo campo ao crime. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), também em aparte, apoiou o discurso de Mozarildo.

Comissão ouve às 10h presidente da Federação Mineira de Futebol

A CPI do Futebol reúne-se hoje, a partir das 10h, para ouvir os depoimentos do presidente da Federação Mineira de Futebol, Elmer Guilherme Ferreira, e do empresário Ivani Targino de Melo.

Na quinta-feira, a comissão vol-



tará a reunir-se, às 10h. Dessa vez, para ouvir os ex-vice-presidentes do Santos Futebol Clube José Paulo Fernandes e Samir Jorge Abdul Hak. A Comissão Parlamentar de Inquérito é presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Eduardo elogia decisão de FHC de não multar excesso de consumo

A decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de não aceitar proposta da área técnica do governo de multar os consumidores de energia elétrica que não economizarem durante o período de racionamento foi elogiada ontem pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

— Multa seria uma decisão política equivocada e já tinha gente comentando a possibilidade dessa multa vir a ser uma nova CPMF — disse o senador.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) concordou e considerou positiva a atitude do presidente da República. Para ele, o responsável pela atual crise de energia elétrica é o poder público.



Eduardo Siqueira Campos: “Multa seria decisão equivocada”

— As omissões vêm de longe e se aprofundaram no governo Fernando Henrique — afirmou Hartung, que defendeu a apresentação de propostas como o financiamento de hidrelétricas em pequenas quedas d’água pelo BNDES para que a crise não se repita no futuro.

Eduardo Siqueira Campos voltou a pedir aos demais senadores rapidez na aprovação do projeto de resolução de sua autoria que cria a Comissão Permanente de Defesa do Consumidor no Senado Federal. “Com isso, poderemos estreitar o contato da Casa com o Procon e demais entidades de defesa dos consumidores e a Casa estaria mais próxima do povo”, assinalou.

Deponentes se contradizem em acareação

A CPI que investiga o roubo de cargas ouviu ontem o ex-piloto de fórmula Truck Gilberto Luiz Hidalgo e



Claudionor Santos, empregado de sua família. Os dois foram presos no dia 20 de março, quando foram encontradas carretas e cargas roubadas em um terreno de propriedade de Gilberto, no km 242 da rodovia Rio-Santos.

Gilberto, solto por *habeas corpus*, concorria até o ano passado com um caminhão Mercedes-Benz na fórmula Truck. Ele alegou que havia alugado parte de seu terreno de 30 mil m² a Márcio Lúcio Santos, que seria o verdadeiro responsável

pelos veículos roubados e teria fugido.

O ex-piloto disse viver do trabalho como caminhoneiro. Explicou que foi empresário e chegou a ter 350 carretas. Quanto a 70 semi-reboques que possuía em sua propriedade, Gilberto disse que estão em litígio na Justiça. Questionado pelo relator da CPI, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), Gilberto caiu em várias contradições e chegou a ser advertido pelo presidente da comissão, Romeu Tuma (PFL-SP), de que poderia ser preso por mentir à CPI.

Ele não soube dizer o nome do dono de uma caminhonete F1000 que estava em seu poder quando foi

preso. “Um rapaz me emprestou”, afirmou.

Acareados, Gilberto e Claudionor se complicaram. Enquanto o funcionário disse que José Hidalgo não possuía frota de carretas e que a oficina consertava apenas caminhões de terceiros, Gilberto afirmou que “todos os consertos eram feitos em carretas da frota particular”. Nenhum deles soube descrever a aparência de um suposto vigilante que faria a segurança do terreno de Gilberto.

A CPI decidiu quebrar os sigilos telefônico, fiscal e bancário de Claudionor, Gilberto e do pai e da irmã do ex-piloto — José Hidalgo Ruiz e Wânia Hidalgo da Silva